6 - Patrimônio rural de Mossoró/RN: experiência do inventário participativo na identificação de bens culturais na comunidade maísa

Ana Paula Alves de Oliveira
Herolayne Karina Batista da Silva
Maria Heloiza Batista da Silva
Gerciane Maria da Costa Oliveira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

OLIVEIRA, A. P. A, SILVA, H. K. B., SILVA, M. H. B., and OLIVEIRA, G. M. C. Patrimônio rural de Mossoró/RN: experiência do inventário participativo na identificação de bens culturais na comunidade maísa. In: OLIVEIRA, G. M. C., and VIEIRA, K. M. A., eds. *Patrimônio, povos do campo e memórias: diálogos com a cultura, a arte e a educação* [online]. Mossoró: EdUFERSA, 2020, pp. 93-105. ISBN: 978-65-87108-09-4.

<https://doi.org/10.7476/9786587108605.0007>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

6

PATRIMÔNIO RURAL DE MOSSORÓ/ RN: EXPERIÊNCIA DO INVENTÁRIO PARTICIPATIVO NA IDENTIFICAÇÃO DE BENS CULTURAIS NA COMUNIDADE MAÍSA

Ana Paula Alves de Oliveira
Herolayne Karina Batista da Silva
Maria Heloiza Batista da Silva
Gerciane Maria da Costa Oliveira

Introdução

Este trabalho refere-se à pesquisa de uma bolsista e duas voluntárias do Projeto de Iniciação Científica PICI (IC) – UFERSA em execução desde 2019 que tem por objetivo utilizar a metodologia do Inventário Participativo do IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional no levantamento do Patrimônio Rural da comunidade de Maísa, município de Mossoró/RN. Os dados que serão apresentados neste capítulo reportam-se a uma experiência piloto, realizada em janeiro de 2019, executada com o intuito de discutir o processo de adaptação da metodologia ao universo particular estudado.

O percurso metodológico utilizou pesquisas bibliográficas, pesquisa documental e pesquisa de campo com base na entrevista com moradores da localidade estudada. São referenciais teóricos centrais dessa investigação Tognon (2010), Reis (1979) e o IPHAN (2016).

Essa atividade objetivou levar a comunidade a refletir sobre quais são os bens culturais que ligam as pessoas umas às outras, que elementos ou objetos são de suma importância para esse lugar e para os sujeitos que

ali residem, tendo em vista o valor que a referência cultural possui. Por meio da metodologia do Inventário Participativo os próprios moradores da comunidade Maísa poderão apontar quais elementos existente na sua comunidade são passíveis de valoração cultural tais como o artesanato, remédios caseiros, determinada comida, as festividades religiosas, práticas agrícolas e etc.

Assim, é válido ressaltar que esta investigação não teve a finalidade de se colocar como um dispositivo de reconhecimento oficial e tombamento dos bens patrimoniais, mas visou promover um debate com a comunidade sobre aspectos como o reconhecimento, valorização e preservação dos elementos patrimoniais existentes nessa localidade rural do município de Mossoró/RN, além de colocar essas pessoas em contato com as noções básicas de pesquisa de campo, como coleta de dados, análise e divulgação das informações.

O que é o patrimônio rural?

A palavra patrimônio advém do termo *patrimonium*, que se constitui da junção de “patri”, para se referir a “pai”, e “monium”, para designar “herança” (NOGUEIRA; FILHO, 2020, p. 6). Neste sentido, podemos compreender o patrimônio como bens familiares ou de povos passados de geração em geração, algo que se mantém através das memórias e que são preservados para manter certa identidade. Com a criação em 1975 do Centro de Referência Nacional Cultural (CNRC) levantou-se o debate sobre o alargamento do conceito de patrimônio, desta forma esses bens não se restringem aos monumentos edificadas e sim a todos os elementos que compõe a diversidade e a dinâmica da cultura brasileira.

Concebido como um conjunto de elementos, tangíveis e intangíveis, móveis e imóveis, naturais, arquitetônicos, artístico, paisagísticos, expressivos dos modos de vida dos grupos sociais que habitam os territórios campestres (TOGNON, 2010), o patrimônio rural tem se apresentado como um vetor, fonte e/produto estratégico de desenvolvimento, ao mostrar potencialidades de sustentabilidade econômica na medida em que “as

políticas culturais de conservação do patrimônio tendem hoje cada vez mais a serem, ao mesmo tempo, também políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento” (REIS, 1979, p. 79).

O patrimônio rural pode ser constituído por elementos materiais e imateriais que a própria comunidade rural compreende como objetos de valor. Os sujeitos que ali residem vivenciam ações e praticam atividades no seu dia a dia que se tornam símbolos de tradições passíveis de serem compartilhados por gerações, referências fundamentais para a elaboração de identidades individuais e coletivas.

O patrimônio cultural forma-se a partir de referências culturais que estão muito presentes na história de um grupo e que foram transmitidas entre várias gerações. Ou seja, são referências que ligam as pessoas aos seus pais, aos seus avós e àqueles que viveram muito tempo antes delas. São as referências que se quer transmitir às próximas gerações. Entre os elementos que constituem a cultura de um lugar, alguns podem ser considerados patrimônio cultural. São elementos tão importantes para o grupo que adquirem o valor de um bem—um bem cultural—e é por meio deles que o grupo se vê e quer ser reconhecido pelos outros [...] O patrimônio cultural faz parte da vida das pessoas de maneira tão profunda que, algumas vezes, elas sequer conseguem dizer o quanto ele é importante e por quê. Mas, caso elas o perdessem, sentiriam sua falta. Como exemplo, citamos a paisagem do bairro; o jeito de preparar uma comida; uma dança; uma música; uma brincadeira (IPHAN, 2016, p. 7-8).

Na construção e definição do patrimônio é importante que os sujeitos da comunidade/ lugar sejam mediadores e protagonista no levantamento e apontamento dos elementos significativos e de valores para aquela família/ grupo. Isto não somente recoloca esses sujeitos como colaboradores centrais neste processo de reconhecimento, como promove uma experiência pedagógica que viabiliza a reflexão sobre a formação coletiva da identidade e memória desses sujeitos na perspectiva de manter preservado e salvaguardados os seus bens culturais.

Metodologias de levantamento dos bens culturais

Ao se perceber a importância dos patrimônios para as famílias, povos e até nações notou-se a necessidade da preservação dos mesmos. Para isso, criaram-se organizações que hoje são responsáveis por realizar todos os procedimentos necessários para o reconhecimento ou tombamento, sendo hoje sinônimo de preservação. No ano de 1937 foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Nacional (SPHAN), regulamentado pela lei nº 25/1937. Esse órgão, depois chamado de Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional (IPHAN), tinha suas ações voltadas principalmente para os patrimônios materiais, enquanto as expressões culturais eram esquecidas. Somente em 1975 é formado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), que passa a trabalhar com uma concepção antropológica da cultura, alargando dessa forma o conhecimento sobre patrimônio cultural ou bem cultural. Em 2000, foi implantado o decreto de nº 3.551/2000 instituindo o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PINPI), responsável por proteger modos de fazer, modos de vida ou formas de expressão.

O patrimônio cultural pode ser tudo aquilo que liga pessoas de diferentes gerações. Os patrimônios culturais estão presentes entre famílias, comunidades, cidades e etc. e pode possuir um valor tão especial para um grupo de pessoas que em muitos casos elas não conseguem nem mesmo mensurar ou dá um por que para tal importância, mas sabem que se fossem destruídos ou esquecidos fariam falta.

Danças, expressões, paisagens, festas, rituais, modos de fazer, edifícios, são exemplos do que pode ser um patrimônio cultural. Realizando o inventário é possível se chegar ao reconhecimento dos patrimônios, esta é uma forma de pesquisa adotada pelo IPHAN, que tem por objetivo principal coletar, analisar e organizar informações sobre o que se quer conhecer melhor. Inventariando é possível identificar as referências culturais existentes no meio de alguma comunidade. Segundo o IPHAN:

Referências culturais são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: São as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que

mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentido de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura. (Texto extraído do Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais–IPHAN, p. 8).

A educação patrimonial se constitui como uma atividade a ser realizada também em espaços não formais, tendo em vista que é de suma importância estimular a comunidade a descobrir, apontar e valorizar o que pode ser referência cultural, a esta ferramenta se dá o nome de inventário participativo. Neste modelo, a comunidade se torna protagonista, pela valorização da ação e conhecimentos dos indivíduos envolvidos.

É importante frisar que o inventário participativo não tem como objetivo anular outras formas de pesquisa ou de fazer o reconhecimento oficial de algum patrimônio, mas de permitir a participação da sociedade e contribuir para a preservação e valorização do que se considera patrimônio, tornando-o fonte de pesquisa e experiência para os processos de aprendizado.

Realizar um inventário exige preparação prévia, e requer esforços para tornar as pesquisas profundas e bem elaboradas. No início da pesquisa será necessário acessar todo acervo que possa trazer informações sobre o objeto pesquisado, revistas, jornais, bibliotecas, museus, centros culturais, fotografias são exemplos do que pode ser acessado como fonte de pesquisa. Conversar com professores, pessoas que trabalham em instituições culturais, e ainda com quem constrói e conhece bem os bens culturais é também uma forma de tornar a pesquisa ainda mais detalhada.

Documentações que autorize a pesquisa se tornam indispensáveis para que tudo ocorra dentro dos termos legais. Durante o trabalho é essencial registrar o máximo que puder do que está sendo pesquisados, seja por meio de fotografias, escrita ou vídeos. É fundamental que aqueles que estão envolvidos conheçam o material que será usado, independente de qual função desempenha durante as ações.

Para facilitar a pesquisa sobre o que pode ser de fato patrimônio, o IPHAN utiliza fichas que detalham o que se quer conhecer melhor. Temos a Ficha do Projeto, Ficha do Território, Fichas das Categorias (Lugares, Objetos, Celebrações, Formas de Expressões, Saberes), Ficha de Fontes Pesquisadas, Ficha de Roteiro de Entrevista, Ficha de Relatório de Imagens, estas são as que compõem as fichas do inventário.

A *Ficha do Projeto* ajudará a organizar as informações coletadas, sendo necessário preencher algumas delas antes de iniciar a pesquisa de campo. A *Ficha do Território* é onde se organizará os dados históricos, socioeconômicos, referências de localização, os nomes que são dados ao local, e a descrição das características observadas no lugar que será estudado.

Em seguida encontramos as *Fichas das Categorias*, são nessas fichas que aparecerão com mais força a participação da comunidade, pois somente as pessoas que estão envolvidas com o objeto de pesquisa poderão dar informações mais precisas sobre o que se quer saber. Essas fichas são divididas por categorias e são aplicadas entre grupos de pessoas que atendam as informações necessárias. Encontramos as *Fichas de Lugares*, *Fichas de Objetos*, *Fichas de Celebração*, *Fichas de Formas de Expressões* e *Fichas de Saberes*, cada uma delas foi pensada para detalhar o máximo as informações sobre o que está em pesquisa, dependendo de qual categoria se encaixa.

Além dessas que já foram citadas, há também *Ficha de Fontes de Pesquisadas* que servirá para descrever documentos, entrevistas, vídeos e imagens que são utilizados ao longo do projeto. A *Ficha de Relatório de Imagens* servirá para inserir todas as fotografias, pinturas ou gravuras e suas respectivas informações. Por fim, temos a *Ficha de Roteiro de Entrevista*, que é tão importante quanto as demais, esta ajudar a equipe a organizar os principais aspectos do bem cultural, por isso os entrevistadores devem ter o cuidado de deixar que a entrevista aconteça naturalmente para que os entrevistados se sintam à vontade para falar. É preciso lembrar que esse é um método oficial utilizado pelo IPHAN.

Pesquisa de campo na comunidade rural Maísa – município de Mossoró/RN

Localizada a 29 km da sede Mossoró, a comunidade MAISA (Mossoró Agroindústria S/A) que hoje tem uma população de aproximadamente 2.400 famílias é resultado de uma antiga empresa privada fundada em abril de 1968 que funcionou até o ano de 2002. Os proprietários Geraldo Cabral Rola e José Nilson de Sá iniciaram suas atividades com 10 hectares de terra destinados ao plantio do caju, porém com o crescimento da empresa, outros cultivos (melão, melancia, uva, abacaxi, acerola, pinha e outras) foram inseridos, produção essa orientada para o comércio nacional e internacional.

Com a diversificação de setores, fábricas de outros nichos como de castanha, polpas de fruta e de blocos de tijolos foram fundadas, a concentração expressiva de trabalho atraiu muitas pessoas das localidades circunvizinhas, com isso foi construída uma vila com cerca de 600 casas, chamada Vila Ângelo Calmon de Sá. A partir desta ocupação, a comunidade iniciou sua estruturação com construção da escola de Primeiro Grau Gilberto Rola, da creche Jardim de Infância Tia Aldaniza, do Hospital e da área de lazer.

Depois da falência da empresa em 2002, a comunidade se redimensiona, novos agentes entram em cena como os movimentos sociais do campo, a partir da reivindicação de terras para a reforma agrária que culminou com a primeira experiência de planejamento físico-ambiental nos assentamentos de reforma agrária (CERQUEIRA, 2017).

Atualmente, a comunidade Maísa continua dinâmica com suas atividades festivas de cunho cultural e religioso e seus modos de fazer e saber. Algumas edificações que remontam o período de sua fundação ainda se encontram preservadas, impregnadas das memórias dos antigos e novos moradores, como a praça onde tradicionalmente as famílias se reuniam para assistir televisão e as antigas empresas de fruticulturas, hoje fechadas.

Figura 1–Edificações da antiga Empresa Maísa

Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Figura 2–Edificações da antiga Empresa Maísa

Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Figura 3–Antiga pracinha da comunidade Maísa

Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Figura 4–Posto de saúde da comunidade Maísa

Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Análise da metodologia do inventário participativo mediante a experiência piloto

A elaboração do inventário participativo teve início com a realização de leituras sobre as definições deste instrumento. A intenção foi se aproximar dessa abordagem metodológica mediante as experiências de pesquisas já realizadas, tomando conhecimento das etapas e atividades que englobam esse procedimento. Por não se tratar de uma técnica de pesquisa comum, fez-se necessário conhecer estratégias de alcance e envolvimento das pessoas da comunidade nesta ação. Como atrair uma representatividade da comunidade que contemple em termos de gênero, faixa etária, condições econômicas e outros a globalidade do local? Nesta fase, seguindo experiências exitosas, definimos para que a nossa pesquisa teria como ponto de partida os grupos, associações e instituições locais. Contar com o auxílio das lideranças locais para sensibilizar as pessoas a participarem do levantamento também seria um passo importante. Além do que, a divulgação da atividade via redes sociais foi considerada como uma estratégia necessária para arrematar colaboradores, sobretudo, no estrato mais jovem.

Posteriormente, iniciamos a elaboração das fichas do inventário tomando como parâmetro o Manual de Aplicação do IPHAN. Com base nos conhecimentos prévios que tínhamos da comunidade, a partir de pesquisas exploratórias chegamos a seguinte definição de fichas: fichas do projeto, ficha do território, ficha de lugar, ficha de saberes, ficha de objetos, fichas de formas de expressão e fichas celebração, sendo, portanto, o total de sete fichas.

Cada ficha continha elementos que permitiam registrar diferentes aspectos como: imagens, do bem. Tratava-se de um roteiro aberto passível de ser preenchido de forma livre pelo colaborador. Mesmo envolvendo vários aspectos, a orientação era para que o participante da pesquisa respondesse aquilo que sentisse mais à vontade, ficando livre para deixar tópicos em branco. Como a intenção da pesquisa é abranger o olhar de diferentes pessoas sobre uma mesma referência cultural, o que uma pessoa pode não ter muita informação, outra poderá complementar.

Em janeiro de 2019 uma experiência piloto foi realizada com duas pessoas moradoras da comunidade a fim de testarmos a clareza dos tópicos das fichas. Tratava-se de uma professora e uma dona de casa, ambas moradoras

da comunidade desde a infância. Para uma das pessoas entregamos o material para que ela fizesse sozinha e a outra foi acompanhada de perto o preenchimento do instrumento. O teste com as duas formas de preenchimento visou compreender qual seria o caminho mais viável, considerando que algumas experiências de inventário participativo se utilizaram dos dois modelos de preenchimento. Neste ensaio, notou-se a importância do acompanhamento mais próximo dos colaboradores, sobretudo, pela oportunidade de registrar informações que muitas vezes não foram solicitadas pelas fichas. Outra questão que surgiu nesta atividade foi a exigência de se rever a forma como os tópicos estavam descritos, assim como a quantidade de aspectos de cada ficha. Considerou-se a necessidade de se enxugar alguns elementos, a fim de dar mais fluidez à construção dos dados.

Por fim, percebeu-se que os modelos de fichas de inventário disponibilizados pelo IPHAN são importantes para serem tomados como pontos de partida, mas que no curso da pesquisa a necessidade de adaptações surgem, pelas particularidades que cada grupo e comunidade assumem, problematizando, assim, que a dimensão colaborativa e participativa de construção do inventário já tem início na própria dinâmica de produção das fichas do inventário.

Considerações finais

Levando em consideração o histórico da comunidade Maísa, podemos perceber a presença de referências culturais que podem se constituir como patrimônio cultural rural na referida comunidade. Com base na metodologia do IPHAN do inventário participativo a comunidade é a principal protagonista no levantamento de elementos que constituem como bens culturais dentro de sua localidade.

Para analisar as fichas que são utilizadas pelo IPHAN foi realizada uma experiência piloto com duas pessoas da comunidade, usando a ficha de lugar e a ficha de território. Como resultados prévios tem-se a constatação que o instrumento de pesquisa é construído no próprio percurso do estudo. Apesar das fichas do Manual de Aplicação do IPHAN apresentarem tópicos extremamente importantes, no campo percebeu-se a necessidade de maior

detalhamento e fornecimento de exemplos para alguns itens. Além de que se tem a necessidade de substituição de alguns termos e exclusão de alguns tópicos que não são tão centrais para a finalidade da nossa pesquisa.

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA, M. C. T. Projeto de assentamento Maísa: conflito entre os saberes técnico e popular no processo de planejamento físico-espacial do seu habitat. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 17, n. 17, 2017.

FARIAS E. O Que pode a triangulação entre dinheiro, expressões culturais e esfera pública nos dizer sobre diversidade e universalidade?" *In*: CASTRO, A. L. (Org.). **Cultura contemporânea, identidades e sociabilidades**: olhares sobre corpo, mídia e novas tecnologias. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.

FLORENCIO, S. R. R. *et al.* **Educação patrimonial**: inventário participativo. Brasília: IPHAN, 2016. Manual de aplicação.

FLORENCIO, S. R. R. *et al.* **Educação patrimonial**: manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2013. Programa mais educação do Instituto do patrimônio histórico e artístico Nacional.

TOGNON, M. Memória e patrimônio rural. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 18, n. 20, 2010.

NOGUEIRA, A. G. R.; FILHO, V. S. R. **Afinal, o que é patrimônio**: conceitos e suas trajetórias. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2020.

REIS, M. **Cidadania e Patrimônio**. *In*: SOCIOLOGIA: problemas e práticas. Oeiras: CIES/CELTA, 1999. Notas de uma pesquisa sociológica, n. 29.